



DELINQUÊNCIA JUVENIL: REDUÇÃO DO RISCO FAMILIAR

Diamantino José Figueiredo Santos

Centro Educativo dos Olivais, Portugal

Isabel Maria Marques Alberto

Universidade de Coimbra, Portugal

RESUMO

A avaliação e a intervenção com jovens delinquentes têm-se centrado em metodologias baseadas nos *handicaps* e nas tentativas de correção das características individuais do adolescente, negligenciando a dimensão relacional e contextual inerente às condições de emergência e manutenção do comportamento antissocial juvenil. Neste artigo são analisados alguns modelos de leitura do comportamento antissocial juvenil e numa perspectiva construcionista e sistémica, é referenciado o Programa Integrado de Redução de Riscos (Pakman, 2007), como instrumento de intervenção familiar nestes jovens. Analisando 12 dimensões da vida familiar (saúde física e mental, abuso de substâncias, educação, emprego, habitação/mobilidade, problemas legais, violência, dissonância étnica/social, pobreza, rede social, segurança social/incapacidade) este programa preconiza a co-construção da avaliação/intervenção, na qual se procura concretizar o *empowerment* dos participantes.

Palavras chave:

sistémica, construcionismo, delinquência, intervenção familiar

ABSTRACT

The assessment and intervention with young offenders have been focused on methodologies based on handicaps and its attempts to fix the individual characteristics of the adolescent, neglecting the relational and contextual dimensions present in the emergency and maintenance of youth antisocial behavior. In this paper, some models of juvenile antisocial behavior are presented and the constructionist and systemic Integrated Risk Reduction Program (Pakman, 2007) it is analyzed, as an instrument of family intervention with these adolescents. Analyzing 12 dimensions of family life (physical and mental health, substance abuse, education, employment, housing/mobility, legal problems, violence, ethnic/social dissonance, poverty, social network, social security/disability) this program advocates the co – construction of the assessment and intervention process, which one seeks to realize the empowerment of the participants.

Keywords:

sistémica, construcionismo, delinquência, intervenção familiar

Correspondence about this article should be addressed to to Diamantino José Figueiredo Santos, email:diamantinosantos@msn.com.

Após anos de leitura do fenómeno delinquencial à luz dos modelos clínicos que culmina com a conhecida afirmação de Martinson “Nothing Works!” (cit in Le Blanc & Janosz, 2002), a psicologia sistémica (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996), o estudo do risco criminógeno (Andrews & Bonta, 2010) e estudos sobre factores causais (Farrington, 2004; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & White, 2008), destacam o sistema familiar como uma das variáveis fundamentais na compreensão da delinquência juvenil.

A leitura sistémica do processo transgressivo adolescente recentra o nível de análise no plano desenvolvimental contextualizado, no qual a análise do fenómeno transgressivo não pode ser dissociada das suas histórias, da vivência familiar, da realidade sociocultural onde se insere, da sua especificidade étnica, do grupo de pares, isto é, do macrocosmos constituinte dos processos de significação da sua historicidade (Alarcão, 2002; Pakman, 1999). À luz destes conceitos, o diagnóstico clínico e a intervenção individual na delinquência parecem constituir-se como reductionistas face à multiplicidade de factores que se encontram interligados no processo de génese, manutenção e desistência de uma carreira criminal (Farrington, 2004; Kagan, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Loeber et al., 2008; Rutter, 2004; Simões, 2001; Thornberry & Krohn, 2004).

Com o objetivo de salientar o papel da família na génese do comportamento delinvente juvenil, apresentaremos ao longo das páginas seguintes alguns modelos explicativos da delinquência juvenil e um programa de intervenção, o Programa Integrado de Redução de Riscos (PIRR) (Pakman, 2007). Questionando a partir de uma perspectiva sistémica e construcionista o habitual diagnóstico centrado nas dificuldades, analisamos a utilidade deste construto na delinquência juvenil, colocando a ênfase num sentido de co-construção entre famílias e interventores, facilitador de leituras partilhadas e integradoras, que atenuem a distância entre mapa (profissionais/diagnósticos) e território (delinquentes/famílias), permitindo co-construir novas descrições e formas de intervir.

Perspectivas sobre o comportamento delinvente

Uma das primeiras formas de leitura e compreensão sistemática sobre o comportamento delinvente centrou-se nas investigações sobre as características individuais dos jovens transgressivos. Constituinte uma linha de investigação vasta e robusta, tem em consideração os factores socioculturais e familiares, embora remetidos para um segundo plano na explicação etiológica e compreensiva (Rutter, 2004). Simões (2001), a partir de uma ampla revisão bibliográfica, identifica um vasto conjunto de preditores da delinquência: o padrão intelectual inferior ao esperado, normas comunitárias favoráveis à manifestação antissocial, instabilidade profissional ou privação económica extrema, disciplina familiar errática, rígida e/ou negativa, conflito familiar e/ou conjugal, rejeição e/ou laços afectivos familiares frágeis, supervisão deficitária e permissividade parental, agressividade e comportamentos anti-sociais por parte dos pais e/ou com história de consumo de drogas, problemas de comportamento com início precoce e persistentes, traços de personalidade disruptivos, dificuldades no autocontrolo, insucesso académico e/ou dificuldades de aprendizagem, problemas neuropsicológicos, rejeição pelos pares na escola, consumo de drogas, associação a pares delinquentes, oponibilidade, revolta e atitudes favoráveis ao crime.

Embora esta perspectiva individual tenha permitido evidenciar as diferentes dimensões do comportamento antissocial juvenil, atualmente salienta-se a perspectiva de análise destes factores comuns como indicadores e não como processos causais, apelando para uma inferência deste fenómeno a partir da heterogeneidade de vias causais e da sua possível inter-relação (Farrington, 2004; Le Blanc & Janosz, 2002; Kagan, 2004; Rutter, 2004).

Nesta linha de investigação, um dos conceitos fundamentais na análise do fenómeno delinquencial é o modelo das Trajetórias de Evolução da Atividade Antissocial (Loeber, Wung, Keenan, Giroux, Stouthamer-Loeber, Van Kammen, & Maughan, 1993), segundo a qual atividade antissocial pode evoluir segundo trajetórias

distintas, em que as manifestações dos comportamentos desviantes na infância, consumo de drogas e delinquência na adolescência surgem inter-relacionados. Cada trajetória é associada a uma idade de início, desenvolvendo-se de acordo com uma sequência hierárquica e de gravidade crescente, assumindo um caráter de estádios de evolução dos comportamentos anti-sociais, nos quais a maioria dos participantes percorre o estádio inicial, um número menor percorre o segundo estádio e um conjunto mais restrito atinge o terceiro estádio (Loeber et al., 1993).

A Trajetória Conflito com a Autoridade manifesta-se antes dos 12 anos, tem por base os comportamentos obstinados, progredindo para comportamentos de desafio e evitamento da autoridade. A Trajetória Coberta apresenta um início mais tardio (13-14 anos) sendo constituída por atos como as mentiras, vandalismo, pequenos furtos, com agravamento progressivo até ao dano na propriedade, fraude e furto com arrombamento. A Trajetória Aberta consiste numa escalada nos actos de agressão, ameaças e intimidações, passando pelas lutas físicas e no final, com os ataques e violações, correspondendo aos jovens com maior taxa e gravidade de atividades antisociais (Loeber et al., 1993).

Lahey e Waldman (2004) enquadram a delinquência juvenil no âmbito dos problemas de comportamento, os quais decorrerão das características de temperamento dos adolescentes. Definindo o temperamento como características sócio-emocionais hereditárias, concetualizando-o com três dimensões fundamentais para a compreensão da delinquência: emotividade negativa, atrevimento/ousadia e pró-sociabilidade/consciência moral (Lahey & Waldman, 2004). A emotividade negativa é definida como a experiência frequente de emoções negativas desencadeadas com estímulos pouco significativos; o atrevimento/ousadia é definido como a dificuldade na inibição do comportamento, tendência para procurar sensações fortes e novidade, desinibição e elevada ativação comportamental na procura do perigo; a pró-sociabilidade/consciência moral é concetualizada como a predisposição para a simpatia e respeito pelos outros (Lahey & Waldman, 2004). Estas características genotípicas inter-atuam com o meio através de

três tipos de correlação: passiva, traduzida por uma elevada correspondência entre o património genético da criança e dos seus familiares, que eleva o patamar de protecção ou de risco de envolvimento em comportamentos delinquentes; correlação ativa, consiste na procura de contextos sociais de risco em função das suas características temperamentais; e correlação evocativa, refere-se à relação entre o temperamento e o meio social, na qual o comportamento da criança/adolescente estimula ou inibe as respostas educativas que reforçam a predisposição antissocial do genótipo. A correlação entre o genótipo e o meio conduz a diferentes percursos individuais, encontrando-se subjacente ao potencial transgressivo o peso das dimensões do temperamento individual.

Numa linha de análise interacionista, existem autores que centram a sua análise na interação entre fatores individuais e contextuais. Nesta linha, Thornberry e Krohn (2004) concetualizam uma relação bidirecional entre premissas desenvolvimentais e contextuais, onde salientam que as crianças e adolescentes cujas experiências de vida decorram em meios sociais desfavorecidos, revelam uma elevada probabilidade de apresentar dificuldades nas áreas familiares, escolares, no grupo de pares e nas características pessoais, assim como de sofrer o efeito interativo destes défices ao longo da sua vida. Desta forma, os fatores protetores e de risco dos indivíduos e do meio, conjugam-se de forma a conduzir a trajetórias individuais distintas. Neste modelo, o início precoce da delinquência é explicado pela recursividade entre fatores individuais (temperamentais e neuropsicológicos), práticas educativas parentais e o desfavorecimento socioeconómico. A continuidade e a persistência da actividade antissocial são explicadas através da associação entre dificuldades económicas graves e ambientes habitacionais problemáticos, que debilitam os laços afectivos e aumentam a conflituosidade familiar, incrementam a probabilidade de associação a pares delinquentes e as oportunidades de desvio social (Thornberry & Krohn, 2004).

Outra área de investigação interacionista sobre o comportamento delincente refere-se ao impacto da qualidade da vinculação. A vinculação segura parece evidenciar uma relação negativa com o

comportamento antissocial e com diversas manifestações de psicopatologia, sendo a qualidade da vinculação considerada como fator de risco ou de proteção para o desenvolvimento (Machado, 2004). Os estudos sobre a vinculação permitiram classificar a vinculação em padrões seguros, ambivalentes e inseguros evitantes (Bretherton, 1992; Soares, 2007). Mais tarde, Main e Solomon (1986, *cit in* Soares, 2007) identificaram um novo padrão, designado por desorganizado, caracterizado por comportamentos contraditórios, estereotípias, apreensão face à figura parental, confusão, desorganização/desorientação. Cada padrão de vinculação corresponde a um modelo de trabalho interno fruto da sensibilidade e responsividade da figura de vinculação às necessidades do bebé (conforto, proteção, independência e exploração do ambiente), desenvolvendo modelos internos seguros e de valor pessoal, ou pelo contrário, modelos internos de desvalor e incompetência, configurando padrões específicos de interpretação do comportamento dos outros (Bretherton, 1992).

No desenvolvimento do comportamento antissocial, verifica-se que um padrão de vinculação segura se afigura como fator de proteção e como fatores de risco surgem os padrões de vinculação insegura e muito particularmente o padrão desorganizado/desorientado. A vinculação não sendo o único determinante do comportamento delinvente, deve ser relacionada com condições como o temperamento, qualidade dos cuidados primários, nível sócio económico, maternidade adolescente, sintomatologia depressiva materna, práticas educativas e qualidade da relação pais-filhos (Machado, 2004).

O desenvolvimento do conhecimento científico sobre a delinquência juvenil produziu múltiplas leituras e explicações deste fenómeno, que apresentam uma matriz comum: o reconhecimento deste fenómeno como multidimensional, multideterminado e complexo (Farrington, 2004; Kagan, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Loeber et al., 2008; Rutter, 2004; Thornberry & Krohn, 2004). Apesar de cada uma das diferentes conceitualizações destacar aspetos parcelares e específicos do comportamento delinvente, existem pontos em comum que revelam a interdependência entre as diversas

formulações; uma destas variáveis comuns aos diferentes estudos refere-se à importância da família na génese da delinquência juvenil.

Família e comportamento antissocial juvenil: a co-construção do delinquir

A família encontra-se no cerne dos estudos sobre a génese e desenvolvimento do fenómeno delinvente (Ausloos, 1996; Ijzendoorn, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002; Kury & Woessner, 2002; McCord, 2002). Ijzendoorn (2002) salienta a importância das relações familiares no comportamento antissocial grave e moderado, em particular as lacunas relacionais básicas com as figuras parentais significativas. Este autor conceitualiza o modelo Sócio-moral do Comportamento Antissocial onde destaca como parâmetros fundamentais de análise as perdas afectivas, a vinculação desorganizada, a ausência de uma rede de relações interpessoais securizantes, que interligadas com factores genéticos, com o contexto social e a pressão dos pares, estarão subjacentes à conduta transgressiva grave. A conduta transgressiva moderada basear-se-á nos estilos parentais/relacionais agressivos, pressão dos pares, contexto social adverso e ausência de uma rede relacional com figuras significativas securizantes, condições que conduzem a lacunas severas no raciocínio moral (Ijzendoorn, 2002).

McCord (2002) destaca o contexto familiar na origem das práticas transgressivas, nomeadamente a transmissão de valores sociais inadequados, as práticas educativas que promovem vínculos perturbados com os elementos familiares e a comunidade, legitimadas através da coercividade e imposição educativa. Estes estilos relacionais, quando interligados a factores de risco como as características genéticas do jovem, as práticas anti-sociais parentais, a vivência em meios socioeconómicos desfavorecidos, constituirão o húmus fundamental para o desenvolvimento de uma carreira delinvente.

Autores como Le Blanc e Janosz (2002) salientam que o estudo criminológico se deve centrar na relação fundamental entre família e delinquência. Propõem uma teoria geral da regulação familiar, na qual o processo delinvente é analisado a partir da interação entre diferentes fatores: o contexto (os modelos parentais e as relações conjugais); os fatores estruturais (estatuto sócio-económico e convencionalidade parental); laços (vinculação

e investimento relacional); as coerções internas (legitimidade das regras); as coerções externas (punição, regras, supervisão); os comportamentos (rebelião e conduta delinvente). LeBlanc e Janosz (2002) defendem que as famílias dos jovens delinquentes se revelam distintas das famílias que não apresentam elementos filiais desviantes, apresentando como características particulares laços afetivos frágeis entre os pais e filhos, supervisão parental deficitária e desvantagens no plano sócio-económico.

Ausloos (1996) enfatiza a complexidade inerente aos jogos relacionais das famílias de delinquentes, em que cada elemento participa de acordo com as regras do momento, tornando a vida destas famílias revestida de dificuldades globais. Designando-as por Famílias Caóticas, atribui um particular relevo à qualidade das transações familiares que configuram uma vivência do tempo familiar eventual, caracterizado por uma sucessão contínua de acontecimentos não mentalizados e como tal não retidos numa memória familiar. Com esta instabilidade, não existe necessidade de fazer planos, uma vez que a sucessão de acontecimentos sem memória tudo põe em causa, favorecendo uma situação conflitual permanente governada pelos acontecimentos, aos quais a família procura dar respostas através de ações que são de imediato desqualificadas (Ausloos, 1996).

Ferreira (1997, *cit in* Alarcão, 2002) refere que as famílias com sintoma delinvente apresentam um padrão comunicacional que designa por *double-bind cindido*, o qual implica duas mensagens contraditórias emitidas por figuras com igual validação afectiva e de autoridade, manifestando desta forma um conflito não expresso. O agido delinquential surge assim como resposta possível face a este paradoxo, determinando uma orientação relacional centrífuga, que dificulta a vinculação e a gestão da distância relacional (Alarcão, 2002). Neste ambiente relacional emergem as características da maioria das famílias com jovens delinquentes: insuficiência dos papéis parentais, dificuldades identificatórias, delegações de parentalidade, fraca delimitação dos subsistemas, coligações e parentificações, inconsistência das regras organizativas do dia-a-dia, caoticidade geral das transações, carência efectiva, atmosfera abandonónica, dificuldades de mentalização, agressividade agida e triangulada com o

exterior, características exacerbadas pela frequente condição monoparental (Alarcão, 2002).

A consideração por estas características e padrões relacionais familiares dos adolescentes delinquentes, conduziu os autores na utilização do PIRR (Pakman, 2007) como modelo de intervenção familiar com famílias de jovens delinquentes institucionalizados.

Marcelo Pakman e a co-construção da avaliação/intervenção familiar

No âmbito das concetualizações sistémicas, emergem nos paradigmas da cibernética de segunda ordem, novas formas de trabalhar em que as formulações hipotéticas sobre a família decorrem de um processo de co-construção (Relvas, 1996). Neste enquadramento, Pakman (1999, 2007) desenvolveu um trabalho no âmbito da saúde mental comunitária com famílias multiproblemáticas, no qual se deparou com as múltiplas áreas de dificuldades destas, perante as quais as diferentes instituições sociais fornecem um leque de respostas parcelares e descoordenadas. Em função das múltiplas áreas de dificuldades recursivas que estas famílias apresentam, os problemas do foro legal assumem um carácter particularmente relevante, nomeadamente pela existência de adolescentes delinquentes, os quais pelas suas características individuais e pelas intervenções sociais que motivam, exacerbam os ciclos negativos que inibem a mobilização de competências; situação agravada, por uma abordagem baseada no diagnóstico clínico o qual configura uma intervenção linear e parcial, que relega para segundo plano o lado relacional e contextual dos problemas (Pakman, 1999, 2007). Boston (2000) e Pakman (1999, 2004, 2007) salientam a necessidade de reconcetualizar a avaliação e a intervenção sobre estas famílias, na qual se procure criar um campo de trabalho conjunto que valide os problemas que são equacionados e sentidos por estas. Tendo em conta as limitações dos interventores e a necessidade de reconstrução na família como co-autora do seu processo de avaliação/intervenção, Pakman (2007) desenvolveu o PIRR que visa o *empowerment* da família e a sua relação com os diferentes sistemas sociais.

Parâmetros do programa

Pakman (2007) entende por famílias multiproblemáticas, aquelas que combinam geralmente problemas do foro médico (saúde física e mental, dependência de substâncias) com problemas sociais (dificuldades ao nível étnico/racial/minoria, emprego, educação, pobreza, habitação) e ainda situações de violência, problemas legais e incapacidades individuais. Esta multiplicidade de problemas tem um efeito recursivo, que deteriora a qualidade de vida pessoal e familiar, constituindo uma teia complexa de relações entre problemas, em que o *burnout* se torna o sintoma quer das famílias, quer dos profissionais. Pakman (2007) considera como grande factor de risco a pobreza, o qual tem um enorme impacto na deterioração da saúde física e mental, assim como no acesso aos recursos comunitários, determinando um ciclo continuado de debilidade social e pessoal.

No sentido de catalisar a mudança, Pakman (2007) salienta a necessidade de trabalhar a construção de uma nova identidade, essencial para ativar competências com vista à recuperação das dificuldades familiares. Procurando catalisar as forças individuais, familiares e comunitárias, Pakman (1999, 2007) partilha a linha do pensamento de Henggeler (2002) e Swenson (2003), os quais salientam que a influência da relação terapeuta/cliente será a que tem menor impacto num processo de mudança, em face da sua reduzida validade ecológica, validando o *empowerment* e a rede social familiar como primordial no processo de intervenção em função da sua importância contextual e relacional.

Criticando o estabelecimento de diagnósticos, Pakman (1999, 2007) salienta que estes refletem aspetos parcelares, esquecendo a vertente recursiva e ecológica dos problemas das pessoas (Bronfenbrenner, 1987; Morin, 2004; Pakman, 1999, 2007). Esta abordagem comum nos diferentes sistemas sociais relaciona-se com a perspetiva unifocal de cada ciência sobre áreas específicas de análise e de estudo, atomizando a análise do fenómeno e desta forma, descontextualizando-o (Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; Morin, 2004; Pakman, 1999, 2007). Em função destas dificuldades, emerge a abordagem colaborativa entre profissionais e famílias na ativação dos recursos familiares, considerando o sistema familiar como elemento fundamental

do processo avaliativo/interventivo, ativando-o nos processos de decisão, validando-o como co-construtor do seu processo de mudança (Boston, 2000; Caillé & Rey, 2003; Georgaca, 2001; Gergen, Hoffman & Anderson, 1996; Pakman, 2007).

Programa de redução de riscos

O desenvolvimento do PIRR (Pakman, 2007) pressupõe uma postura colaborativa entre a família e os profissionais, procurando co-construir soluções face aos problemas/dificuldades, que englobam um amplo conjunto de dimensões da sua vida, avaliando o estado atual, os riscos inerentes à sua situação e salientando as pessoas e sistemas sociais significativos da rede social. A análise dos contextos e das relações significativas, permite reativar a rede relacional individual e familiar alargada (Pakman, 2007).

Famílias e profissionais encontram desta forma uma base de trabalho comum, proativa e encorajadora, com potencial para co-construir novas possibilidades, respeitando as especificidades familiares/individuais, mobilizando as competências das pessoas na ecologia da sua vida e dos seus problemas, validando as suas soluções (Boston, 2000; Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; Henggeler, 2002; Pakman, 1999, 2007; Swenson, 2003).

Os domínios do PIRR (Pakman, 2007), nomeadamente a saúde física, a saúde mental e o abuso de substâncias estão intimamente interligadas com as áreas sociais: educação, trabalho, casa, transporte, aspectos legais, violência, dissonância étnica/social, pobreza, rede social, segurança social/incapacidade. Do mesmo modo, em função da recursividade dos problemas familiares, a existência de um padrão relacional caótico e a existência de um elemento filial delincente condicionam as áreas sociais e da saúde. Sendo assim, os profissionais envolvidos necessitam de centrar as suas intervenções na recursividade entre os domínios, envolvendo criativamente os elementos da família, impedindo que os constrangimentos institucionais limitem as possibilidades de mudança (Pakman, 2007).

Para contornar estas dificuldades Pakman (2007) elaborou uma entrevista, que funciona como orientador na condução do processo de exploração dos domínios do programa, analisando as dificuldades e o seu

potencial agravamento. O processo deverá ter início nos problemas mais simples, estabelecendo passos concretos que potenciem pequenas mudanças que se irão repercutir nos outros domínios, evitando os riscos e os obstáculos inerentes à procura de soluções globais e ideais, mas centrando-se nas soluções possíveis e realistas que façam sentido para estas pessoas, motivando a sua adesão e empenho (Pakman, 2007).

Com base na avaliação do estado atual de cada domínio, os indivíduos serão questionados acerca do possível agravamento da situação atual num futuro próximo, utilizando como referência a dimensão temporal de um ano. Como esta avaliação tem como fonte a própria família, constitui-se como uma poderosa condição do processo de mudança com vista à redução dos riscos; assim, o risco futuro resulta da consciencialização na família da necessidade de mudança objectiva, face à possibilidade de agravamento, caso as condições atuais se mantenham inalteráveis. É neste sentido, um motor para a compreensão da necessidade de mudança. De seguida, a família/utente é questionada no sentido de pensar em pequenos passos a dar, que constituem possibilidades de ação por si identificadas, de pequenas mudanças que considere pertinentes e exequíveis, que lhe poderão trazer resultados positivos face à situação que referenciou no estado atual. A avaliação, será registada com uma periodicidade semestral e posteriormente anual, demonstrando até que ponto as mudanças se mantêm ativas com o decorrer do tempo, orientando o investimento dos intervenores perante os problemas com que se vão deparando (Pakman, 2007).

O formulário de registo constitui um testemunho da situação relativamente aos problemas identificados. Os profissionais e os utentes/família revêem o formulário em cada um dos encontros, atualizando a sua situação, registando-a. Deste modo, é possível comunicar aos outros profissionais de que a intervenção naquele domínio foi discutida com o utente e/ou membros da sua família e/ou pessoas significativas da sua rede social, multiplicando a efetividade deste instrumento e facilitando o trabalho em rede. O utente/família traz sempre consigo um formato reduzido do formulário com uma síntese atualizada das ações que visam a redução dos riscos, que simboliza um trabalho de equipa da

qual é parte integrante. A existência de cópias do formulário num local visível da sua casa, constitui uma estratégia que certifica e documenta os seus esforços enquanto parte de uma equipa articulada, reforçando o valor pragmático da comunicação entre todos (Pakman, 2007).

A estratégia de Pakman (2007) consiste em conduzir a entrevista no sentido de evitar a narrativa saturada acerca dos problemas, que conduziria ao armadilhar do processo em virtude do emaranhado de auto-justificação para a sua existência. Procurando manter a atenção na procura de pequenos passos para resolver problemas atuais concretos com vista à mudança no futuro, a intervenção assume-se em quatro vertentes primordiais: a) como programa de redução de riscos que impede os *loops* recursivos de agravamento da situação; b) pragmatismo, baseado na co-construção de soluções possíveis para problemas concretos; c) humanização, os elementos da família são considerados como participantes e não como meros objectos da intervenção; d) *empowerment*, pela ativação das competências dos participantes e do seu envolvimento na resolução dos seus problemas.

Evitando impor caminhos estranhos e externos, o PIRR (Pakman, 2007) objectiva avaliar a situação atual e co-construir percursos alternativos, constituídos por objetivos pessoais que permitam dar passos concretos e significativos para estas pessoas. Os indivíduos são conduzidos a pensar de modo relacional nos diversos domínios da sua vida, numa análise orientada para o futuro, que lhes possibilita a descoberta pessoal da capacidade de ser autor da sua própria mudança (Georgaca, 2001; Gergen, Hoffman, & Anderson, 1996; Gergen & Warhuus, 2001; Pakman, 2004; 2007). Tendo por objetivo a redução dos riscos, possibilita-se refletir sobre a qualidade interativa dos problemas; interrompe-se o sentido caótico do agir, decompondo-o em unidades mentalizáveis sujeitas à possibilidade operativa concreta.

Neste processo, rejeita-se a categorização diagnóstica dos participantes/famílias que se considera acentuar a autorepresentação de inabilidade/incapacidade vivida por elas. Gergen, Hoffman, e Anderson (1996) e Georgaca (2001) referem que a atribuição diagnóstica desqualifica os participantes uma

vez que os situa numa determinada categoria conotada com inabilidade. Acentua-se quer a sua baixa auto-estima quer a legitimação de substituição da família pelos profissionais. Quando se parte do diagnóstico, estabelece-se uma maior delegação de competências nos profissionais e um aumento da desresponsabilização da família na resolução dos seus problemas, existindo mesmo uma relação privilegiada de dependência entre família e sistemas sociais, difícil de alterar. Pakman (2007) procura inverter esta posição de incapacidade/dependência, evitando a categorização diagnóstica securizante para os profissionais mas incapacitante para as pessoas. Procura ativar a família através da constituição de uma rede virtual de apoio cujo sustentáculo é ela própria. A avaliação das múltiplas dimensões mais relevantes da vida do sujeito/família evita a sobrevalorização do comportamento delinvente, incorporando aspectos operativos concretos e significativos da sua realidade, que fornecem sentido à sua participação activa e co-responsabilização no processo de mudança (Alarcão, 2002; Pakman, 1999; 2007).

Conclusão

A análise dos diferentes modelos apresentados permite constatar que a família ocupa um lugar de destaque no estudo, avaliação e intervenção nos processos transgressivos juvenis (Farrington, 2004; Le Blanc & Janosz, 2002; Kury & Woessner, 2002; McCord, 2002). Desta forma, numerosos autores têm estudado estas famílias em função dos seus padrões interativos, das suas características estruturais e organizacionais, salientando a sua especificidade enquanto famílias com múltiplos desafios e dificuldades (Farrington, 2004; Kury & Woessner, 2002; Le Blanc & Janosz, 2002; McCord, 2002; Pakman, 1999, 2004, 2007; Sousa, 2005; Sousa et al., 2006). Em particular Pakman (2007) e Sousa (2005), constituem autores preocupados com a intervenção com estas famílias, remetendo-nos para a pertinência de analisarmos o sujeito e a família a partir das suas descrições singulares, dando-lhe voz activa e participativa, considerando-a como co-agente do processo de avaliação e intervenção. Neste sentido sistémico e construcionista, a família e o adolescente deixam de ser meros objetos de programas, legitimando-se como conhecedores privilegiados do palco onde se

desenrola a sua historicidade individual, familiar e social. De uma posição culpabilizada e desqualificada, a família e o(s) seu(s) membro(s) são considerados como parceiros competentes de uma intervenção co-construída e na qual se sintam implicados. O abandono das conceitualizações reducionistas do sujeito enquanto objeto de estudo nosologicamente classificável, passivo e parasitário dos recursos sociais, permite acoplar ao sistema familiar recursos que ativem a sua capacidade mobilizadora e co-construtora de leituras alternativas (Alarcão, 2002; Ausloos, 1996; Boston, 2000; Pakman, 2007; Relvas, 1996; Sousa, 2005; Sousa et al., 2006). O PIRR constitui-se como uma intervenção securizante porque respeita a avaliação que a família realiza, evitando que esta rejeite a intervenção, facto natural caso a proposta implique uma leitura muito distante do seu padrão de significados.

De uma posição que centra no sujeito as condições do comportamento delinvente, a adopção de uma perspectiva sistémica e construcionista define um processo reflexivo centrado no *empowerment* dos participantes, na sua capacitação para poderem co-construir de forma ativa o seu destino, ao invés de se basearem no poder do terapeuta para a mudança (Gergen & Warhuus, 2001). Esta metodologia de avaliação e intervenção procura validar as vozes dos personagens colocando-as num patamar de equidade com os interventores. Através de um papel co-construtivo na avaliação dos problemas, evita a desqualificação mútua, canalizando esforços, ativando as competências e forças de ambos, possibilita-se o abandono da conotação diagnóstica limitativa dos participantes e os sentimentos de incompetência dos profissionais (Boston, 2000; Pakman, 2007; Sousa, 2005; Sousa et al., 2006). A co-construção e co-responsabilização do processo avaliativo e interventivo emergem como estratégia fundamental, com vista à resolução dos problemas concretos com significado para estas famílias e para os seus membros com comportamentos transgressivos e em simultâneo possibilita evitar o *burnout* e a fragmentação das práticas profissionais dirigidas ao complexo processo delinvente juvenil. A eficácia da intervenção descentra-se do diagnóstico enquanto entidade nosológica, reducionista e limitadora do indivíduo, centrando-se no processo de co-construção da

mudança, no qual as pessoas constituem participantes ativos e não meros objectos passivos da intervenção externa de peritos.

Referências

- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ausloos, G. (1996). *A Competência das Famílias, Tempo, Caos, Processo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Boston, P. (2000). Systemic family therapy and influence of post-modernism. *Advances in Psychiatric Treatment*, 6, 450-457.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La Ecología del Desarrollo Humano*. Barcelona, Paidós. Edição original, 1979.
- Caillé, P. & Rey, Y. (2003). *Os objectos flutuantes* (pp. 73-134). Lisboa: Climepsi Editores.
- Farrington, D. P. (2004). O estudo do desenvolvimento da delinquência de Cambridge: principais resultados dos primeiros 40 anos. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e família, uma abordagem científica* (pp. 73-132). Coimbra: Livraria Almedina.
- Georgaca, E. (2001). O discurso da psicopatologia: uma abordagem crítica ao dispositivo teórico da psiquiatria. In O. Gonçalves, (Ed.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 331-373). Coimbra: Quarteto Editora.
- Gergen, K., Hoffman, L., & Anderson, H. (1996). Is Diagnosis a Disaster?: A Constructionist Dialogue. In F. Kaslow (Ed.), *Handbook of relational diagnosis and dysfunctional family patterns* (pp. 102-118). Oxford, England: John Wiley & Sons.
- Gergen, K., & Warhuus, L. (2001). Terapia como construção social: características, reflexões, evoluções. In O. Gonçalves (Ed.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 27-64). Coimbra: Quarteto Editora.
- Henggeler, S. (2002). Terapia Multissistémica: uma visão geral dos procedimentos clínicos, dos resultados, das pesquisas em curso e das implicações políticas. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e família, uma abordagem científica* (pp. 397-418). Coimbra: Livraria Almedina.
- IJzendoorn, M. H. (2002). Vinculação, moralidade emergente e agressão: para um modelo sociomoral e desenvolvimental do comportamento antissocial. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e família, uma abordagem científica* (pp. 269-299). Coimbra: Livraria Almedina.
- Lahey, B., Waldman, I. (2004). Predisposição para problemas do comportamento na infância e na adolescência: análise de um modelo desenvolvimentista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 161-214). Coimbra: Livraria Almedina.
- Le Blanc, M., Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinvente em adolescentes. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e família, uma abordagem científica* (pp. 37-87). Coimbra: Livraria Almedina.
- Le Blanc, M. (2003). Trajectórias de delinquência comum, transitória e persistente: uma estratégia de prevenção diferencial. In Alberto, I; Fonseca, A.C.; Albuquerque, C.; Ferreira, A.; Rebelo, J. (Eds), *Comportamento antissocial: escola e família*, (pp. 31-81). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Loeber, R., Farrington, D., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. (2008). *Violence and serious theft. Development and prediction from childhood to adulthood*. New York: Taylor & Francis Group, LLC.
- Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-Loeber, M., Van Kammen, W. B. & Maughan, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Developmental psychopathology*, 5, 103-133.
- Machado, T. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à*

- idade adulta (pp. 291-321). Coimbra: Livraria Almedina.
- McCord, J. (2002). Forjar criminosos na família. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e família, uma abordagem científica* (pp. 15-36). Coimbra: Livraria Almedina.
- Morin, E. (2004). *Introdução ao Pensamento Complexo* (4.ª edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Pakman, M. (1999). Designing constructive therapies in community mental health: poetics and micropolitics in and beyond the consulting room. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25, 83-98.
- Pakman, M. (2004). The epistemology of witnessing memory, testimony, and ethics in family therapy. *Family Process*, 43, (2), 265-274.
- Pakman, M. (2004). On imagination: reconciling knowledge and life, or what does "Gregory Bateson" stand for. *Family Process*, 43, (4), 413-423.
- Pakman, M. (2007). Risk Reduction and the Micropolitics of Social Justice in Mental Health Care. In E. Aldarondo (Ed.), *Advancing Social Justice Through Clinical Practice* (pp. 151-173). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kagan, J. (2004). Comportamento antissocial: contributos culturais, vivenciais e temperamentais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 1-10). Coimbra: Livraria Almedina.
- Kury, H., Woessner, G. (2002). A família e os comportamentos desviantes dos jovens. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e família, uma abordagem científica* (pp. 181-211). Coimbra: Livraria Almedina.
- Simões, M. R. (2001). As escalas de inteligência de wechsler na avaliação e investigação dos casos de comportamento antissocial. In F. Gaspar; Vieira, C.; Lima, M.; Seabra-Santos, M. (Eds), *Problemas emocionais e comportamento antissocial* (pp. 107-153). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares, (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: teoria e avaliação* (pp. 13-45). Braga: Psiquilibrios.
- Sousa, L. (2005). Building on Personal Networks when Intervening with Multi-Problem Poor Families. *Journal of Social Work Practice*, 19 (2), 163-179.
- Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2006). Intervention with Multi-Problem Poor Clients: Towards a Strengths-Focused Perspective. *Journal of Social Work Practice*, 20 (2), 189-204.
- Swenson, M., & Swenson, C. (2003). Panorâmica da investigação em terapia multissistémica. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial: escola e família* (pp. 285-293). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Relvas, A. (1996). A Co-construção da Hipótese Sistémica em Terapia Familiar. *Análise Psicológica*, 4, (XIV), 563-579.
- Rutter, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade. Análise de alguns percursos cruciais. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 11-38). Livraria Almedina: Coimbra.
- Thornberry, T., & Krohn, M. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 133-160). Coimbra: Livraria Almedina.

Received: 07/24/2013
Accepted: 11/16/2014